


Necessidade de uma teoria independente da Lexicografia: o complexo caminho da linguística teórica à lexicografia prática¹

Sven Tarp* 

Tradução de Manuela Arcos^{id**} e Natália Scalvenzi^{id***}

Revisão de Sven Tarp

1 Introdução

“Es propio de hombres de cabezas medianas embestir contra todo aquello que no les cabe en la cabeza”.

Antonio Machado

A lexicografia e a linguística são duas disciplinas independentes, cada uma com seu objeto de estudo específico, cf. Wiegand (1989) e Tarp (2008a)². O objeto de estudo da linguística é a língua - um fenômeno geneticamente determinado e socialmente estimulado que é inerente aos seres humanos modernos (*homo sapiens sapiens*) e sem o qual deixaríamos de ser humanos sob o ponto de vista social e cultural. Por sua vez, o objeto da lexicografia é o estudo e o desenho de dicionários e outras obras lexicográficas como glossários, tesouros, enciclopédias etc., isto é, artefatos culturais e de uso concebidos e produzidos com o objetivo de satisfazer certas necessidades humanas detectadas entre as pessoas que constituem uma sociedade.

¹ Artigo publicado originalmente em espanhol na *Revista Círculo de Linguística Aplicada a la Comunicación*, n. 56, 2013. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/CLAC/article/view/43869>. DOI: https://doi.org/10.5209/rev_CLAC.2013.v56.43869

* Professor da Universidade de Aarhus (Dinamarca) e Chefe do Centro de Lexicografia da School of Communication and Culture. st@cc.au.dk

** Doutoranda PPG-Let UFRGS. arcosmanuela@gmail.com

*** Bacharelado em Letras – Espanhol na UFRGS. nataliascalvenzi@gmail.com

² Texto da conferência plenária do V Congresso Internacional de Lexicografia Hispânica, publicado com a autorização de María Pilar Garcés Gómez, diretora do comitê organizador.

Resta ainda muito a se saber sobre a origem exata das duas disciplinas, mas as pesquisas mais recentes sugerem que as primeiras descrições protolinguísticas – as 3.959 regras de Pāṇini – surgiram na Índia há cerca de 2.500 anos, enquanto as primeiras obras lexicográficas – tábuas cuneiformes de argila com listas bilíngues sumério-acadiano – nasceram há mais de 4.000 anos na Mesopotâmia, ou seja, pelo menos 1.500 anos antes da linguística, muito embora ambas as disciplinas só tenham se tornado disciplinas acadêmicas no sentido atual do termo ao longo dos últimos dois séculos.

Como é sabido, esta origem diferente em termos temporais, geográficos e epistemológicos não exclui o fato de que a lexicografia e a linguística estiveram interrelacionadas historicamente por um No entanto, apesar da relação bem conhecida e estabelecida entre ambas as disciplinas, é sempre oportuno recordar que também existem, no mínimo, dezenas de milhares de dicionários e outras obras lexicográficas cuja produção não exigiu nenhum conhecimento especializado de linguística, mas exigiu – isso sim – conhecimentos especializados de outras disciplinas científicas em função da área e do conteúdo concretos de cada dicionário específico, isto é, economia, história, medicina, biologia, navegação e um longo etcétera.

Da mesma forma, cabe recordar que o desenho de qualquer dicionário ou de outra obra lexicográfica para ser de qualidade requer também conhecimentos lexicográficos especializados, ou seja, requer iniciação na teoria e na prática lexicográficas.

A independência epistemológica e acadêmica de cada uma das duas disciplinas é muitas vezes esquecida, ignorada e até mesmo negada, o que não raramente se confunde com sérias consequências teóricas e práticas, ao menos para a lexicografia. Quando se participa de conferências gerais de lexicografia e se estudam as contribuições publicadas nas revistas mais destacadas da disciplina, há duas questões que se destacam e que não deixam de surpreender, a saber:

1. Há muitas contribuições que praticamente tratam apenas de assuntos

linguísticos sem sequer mencionar a lexicografia;

2. há uma série de dicionários e demais obras lexicográficas que raramente são mencionadas e analisadas.

No último caso, trata-se justamente das obras já mencionadas cuja produção não exigiu nenhum conhecimento especializado de teoria linguística. Dessa forma, vem se criando um círculo fechado e retroalimentado que pode provocar sutilmente certa perda de perspectiva, bem como a criação de uma visão restrita da lexicografia como “linguística aplicada” (Meyer, 2003) ou de “arte e ofício” (Landau, 2001). Há inclusive estudiosos, sobretudo dentro da tradição anglo-saxã, que negam a existência e a possibilidade de uma teoria lexicográfica:

Simplesmente não acredito que exista uma teoria da lexicografia e duvido muito que possa haver uma... Uma teoria é um sistema de ideias formulado para explicar fenômenos que não podem ser explicados de outra forma. Uma ciência tem uma teoria, um ofício, não. Todo fenômeno natural requer uma teoria, mas como pode haver uma teoria da lexicografia? Há teorias da língua, pode haver teorias da lexicologia, mas não pode haver uma teoria da lexicografia. A lexicografia é, acima de tudo, um ofício, o ofício de produzir dicionários, além de ser uma arte, como diz Landau (2001) (Béjoint, 2010, p. 381)³.

Porém, para evitar mal-entendidos desnecessários, é preciso definir o que cada um entende por teoria, visto que dentro da filosofia das ciências existem diversos conceitos de teoria. Um desses conceitos é o formulado por Buhr e Klaus (1971) em seu Dicionário de Filosofia e que pode ser resumido da seguinte forma:

³ I simply do not believe that there exists a theory of lexicography, and I very much doubt that there can be one... A theory is a system of ideas put forward to explain phenomena that are not otherwise explainable. A science has a theory, a craft does not. All natural phenomena need a theory, but how can there be a theory of the production of artefacts? There are theories of language, there may be theories of lexicology, but there is no theory of lexicography. Lexicography is about all a craft, the craft of preparing dictionaries, as well as an art, as Landau (2001) says.

Uma teoria é um conjunto sistematicamente organizado de enunciados sobre uma área da realidade objetiva ou a consciência, isto é, estruturas lógicas que refletem o fato de que certas coisas possuem certas propriedades, ou que certas relações existem entre essas coisas, cf. Buhr e Klaus (1971, p. 155, p. 1083).

Não há dúvidas de que a produção de dicionários não é nem ciência nem teoria, mas uma prática cultural milenar que, com toda razão, pode ser considerada um ofício que - como qualquer outro - desenvolveu-se historicamente para satisfazer certas necessidades detectadas pela sociedade. Entretanto, isso não exclui que o ofício lexicográfico - bem como as necessidades que o motivam, seus produtos práticos (dicionários e demais obras) e o uso se faz deles - possa ser submetido a observações, a estudos empíricos e a generalizações teóricas. Com base na definição já mencionada do conceito de teoria, é perfeitamente possível:

1. *Observar e estudar* este ofício em todas as suas dimensões;
2. isolar *fenômenos* relevantes *com certas propriedades*;
3. estabelecer as *relações* entre eles;
4. formular *enunciados* sobre os fenômenos e as relações observados, e
5. *sistematizar* esses enunciados.

Esses passos constituem tudo o que é necessário para formular uma teoria coerente da lexicografia se o conceito subjacente de teoria é o mencionado acima. Cabe ressaltar que isso é o que efetivamente se faz em grande parte da literatura especializada que se produz sobre a lexicografia, pelo menos no que se refere aos quatro primeiros passos indicados, posto que ainda são relativamente escassas as generalizações teóricas necessárias e a sistematização dos enunciados em forma de estruturas lógicas, cf. Yong e Peng (2008, p.5) e Tarp (2012a).

A conclusão lógica e inevitável que se pode tirar é que uma teoria da lexicografia é possível e que já existem várias teorias mais ou menos elaboradas, tanto gerais quanto específicas, que, em até certo ponto, competem entre si. Entre as teorias gerais, se destacam:

- *o esboço da teoria geral de lexicografia* de Scerba (1940);
- *a teoria geral da lexicografia* de Wiegand (1998); e
- *a teoria funcional da lexicografia*, cf. Bergenholtz e Tarp (2002, 2003).

Entre as muitas teorias específicas formuladas ao longo dos anos, podem ser mencionadas:

- *a teoria da lexicografia bilíngue* de Duda *et al.* (1986);
- *a teoria do exemplo lexicográfico* de Hausmann (1985) e Zöfgen (1987);
- *a teoria da descrição lexicográfica da língua* de Wiegand (1983), e
- *a teoria da forma do dicionário* de Wiegand e Morán (2009).

Enquanto essas teorias podem cobrir qualquer subárea da disciplina, uma teoria geral deve necessariamente incluir *todos os aspectos* da lexicografia, inclusive *todos os tipos* de dicionários e demais obras lexicográficas, e não pode ficar restrita a somente um subconjunto de dicionários, por exemplo, os dicionários para cuja produção foram necessários conhecimentos da teoria e a prática linguísticas.

2 O que podemos aprender dos dicionários econômicos?

Por vezes afirma-se que o objetivo genuíno dos dicionários é a descrição das palavras, o que evidentemente quer conhecimentos linguísticos. Por exemplo, Battaner (2008, p. 7) considera que “os dicionários são obras descritivas do léxico das línguas por antonomásia”. Contudo, esse postulado pode ser válido para alguns tipos de dicionários, mas como regra geral contradiz grande parte da prática lexicográfica, especialmente se dicionários especializados (por exemplo, dicionários de economia) forem incluídos na análise.

Faz mais de 250 anos, entre 1751 e 1755, um economista inglês relativamente renomado em sua época, Malachy Postlethwayt, publicou a primeira edição de seu Dicionário Universal de Comércio (*The Universal Dictionary of Trade and Commerce*), o qual, em seguida, apareceu publicado em um total de quatro edições. O dicionário - parcialmente escrito pelo mesmo compilador e parcialmente traduzido de um

dicionário similar do francês (*Dictionnaire universel de commerce*), publicado por Savary des Bruslons em 1723 - é interessante por várias razões, entre eles, pelo fato pouco comum pelo qual o mesmo autor, dois anos antes de sua aparição, publicou um folheto no qual, entre outras coisas, explicava os motivos pelos quais empreendera com tamanha dedicação nesse gigantesco trabalho, cf. Postlethwayt (1749).

Desde o princípio, Postlethwayt esclarece que “a principal intenção” de seu dicionário é levantar o império inglês cuja riqueza, segundo ele, se baseia na agricultura e no comércio. No entanto, o problema no que se refere ao comércio é que “o estatista, o senador, o cavalheiro privado, o comerciante ou o fabricante” não têm suficiente “conhecimento dos fatos” e que:

O comércio exterior e doméstico compreende uma variedade infinita de assuntos, e o conhecimento comunicado ao mundo por pessoas habilidosas e experientes está dispensado em uma infinidade de volumes, de modo que não é fácil recorrer imediatamente ao que ocasionalmente é necessário (Postlethwayt, 1749, p. 2)⁴.

Para o economista inglês, a solução deste grave problema para o desenvolvimento do comércio e, portanto, do império britânico — ou seja, a falta de conhecimentos — pode ser encontrada na lexicografia:

Portanto, uma questão dessa natureza extensa reduzida à forma de um dicionário, para consulta alfabética, parece ser a resposta mais naturalmente adequada a esses desejáveis propósitos, até porque os compiladores não têm motivos para enganar (Postlethwayt, 1749, p. 2)⁵.

⁴ Foreign and domestic trade admitting of so infinite variety of matter, and the knowledge communicated to the world, by those skilled and experienced therein, being scattered in an infinity of volumes, it is no easy matter to have immediate recourse to what may be occasionally requisite.

⁵ A subject of this extensive nature therefore being reduced to the form of a Dictionary, for alphabetical reference, seems the most naturally adapted to answer these desirable purposes, and especially so, as the compilers can have no motive to deceive.

Com base nessa ideia, o Dicionário Universal de Postlethwayt procura não somente informar seus usuários sobre o comércio em todas as suas dimensões, mas também oferecer recomendações e até mesmo instruções de como proceder e agir em situações diversas, por exemplo, nas várias áreas de produção e gestão do comércio. Desta forma, Postlethwayt se destaca entre os pioneiros da lexicografia econômica, que mais tarde se tornaria uma tarefa de prestígio praticada até pelos mais ilustres economistas de cada época, cf. Besomi (2011). A intenção de todo um conjunto de dicionários seria a divulgação do pensamento econômico e das teorias mais avançadas de cada escola, ou de cada autor separadamente, como bem explica Ganilh (1826) no prefácio de seu Dicionário Analítico de Economia Política (*Dictionnaire analytique d'économie politique*), traduzido e publicado em espanhol em 1827:

Os dicionários são o melhor meio para propagar as ciências, acelerando seu progresso e fazendo-as atingir rapidamente o estado mais elevado possível. A maior melhoria do pensamento humano está em sua difusão (Ganilh, 1826, p. XXVII)⁶.

A partir dessa visão, ao longo dos últimos três séculos produziram-se centenas de dicionários econômicos nas principais línguas europeias, todos eles destinados não a descrever as palavras, mas a propagar a ciência e a oferecer fácil acesso aos conhecimentos econômicos para todos aqueles que não têm tempo ou a possibilidade de buscá-los em monografias, dissertações, livros de exercícios etc. O resultado desse nobre esforço é que os dicionários mencionados constituem hoje em dia uma fonte insubstituível para os pesquisadores e estudiosos interessados na história e no desenvolvimento do pensamento econômico, como, por exemplo, o pensamento sobre as crises e os ciclos econômicos, conforme demonstrado em um livro impressionante

⁶ Les dictionnaires sont les meilleurs moyens de propager les sciences, d'accélérer leurs progrès, et de les faire arriver rapidement au plus haut degré qu'elles puissent atteindre. Le plus grand perfectionnement de la pensée humaine est dans sa diffusion.

sobre o assunto, publicado em 2011 com a contribuição de um grande número de autores, cf. Besomi (2011).

Estes autores estudam os dicionários desde o ponto de vista da sua própria disciplina, ou seja, não como lexicógrafos nem muito menos como linguistas, mas como pesquisadores e especialistas na história econômica. No entanto, até agora nenhum deles pensou em definir a lexicografia como “economia aplicada” ou algo semelhante, embora, com toda razão, possam sustentar que os dicionários estudados somente puderam ser produzidos por pessoas com conhecimentos robustos sobre a teoria econômica de cada época. Não é difícil adivinhar o que diriam esses economistas se alguém tratasse de convencê-los de que tanto seu objeto de estudo como seu próprio trabalho são resultados da linguística aplicada.

3 Fundamentos da teoria lexicográfica

Nos parágrafos anteriores, vimos que a lexicografia cria obras atualizadas e de qualidade baseando-se nos conhecimentos de disciplinas como economia e linguística. Aliás, ao longo dos milênios, os dicionários e demais obras lexicográficas foram publicados em barro, papiro, papel e diversas plataformas eletrônicas, alcançando quase todas as áreas e esferas de pensamento e atividade cultural do ser humano. Em meio a essa preciosa diversificação e vocação interdisciplinar, deve existir algo que unifique todas as obras mencionadas, porque, se não fosse assim, nada justificaria que as classificássemos em *dicionários e outros tipos de obras lexicográficas*. Esse “algo” — isto é, os aspectos e elementos comuns a todas essas obras multifacetadas — constitui a *essência da lexicografia*, o que a diferencia de qualquer outra disciplina, e é constituído pelo que resta se resolve-se fazer uma abstração de todos os conteúdos e conhecimentos específicos extraídos de diversas disciplinas de acordo com o tema das respectivas obras. Em resumo, esses aspectos e elementos comuns que caracterizam todas as obras lexicográficas e permitem a sua classificação como tais, são:

- A criação e a produção de ferramentas de uso;

- que podem ser consultadas de forma rápida e fácil;
- para satisfazer necessidades pontuais de informação;
- que atendem tipos específicos de usuários;
- que se encontram em tipos específicos de situações extralxicográficas.

Esses cinco pontos merecem algumas considerações baseadas tanto na teoria funcional da lexicografia, cf. Bergenholtz e Tarp (2002, 2003), quanto no critério de relevância desenvolvido dentro da ciência da informação e aplicado à lexicografia, cf. Cosijn e Bothma (2005) y Bothma e Tarp (2012).

Em primeiro lugar, é importante destacar que os dicionários e demais obras lexicográficas não são obras abstratas, mas sim *artefatos ou ferramentas de uso*, criadas, como qualquer outra ferramenta, para satisfazer certas necessidades humanas detectadas na sociedade.

Em segundo lugar, cabe notar que as necessidades, ainda que bastante variadas, sempre são necessidades de informação que logo poderá servir para fins múltiplos. Nesse sentido, a lexicografia compartilha um objeto de estudo em comum com a ciência da informação. Entretanto, as necessidades lexicograficamente relevantes não são de *informação global*, a que normalmente pode ser obtida através de outras fontes como livros didáticos, monografias, dissertações, artigos científicos etc., mas sim de *informação pontual* — ou seja, informação sobre uma parte de um todo onde parte e todo devem ser entendidos em uma perspectiva linear e não como uma oposição absoluta —, razão pela qual os artefatos lexicográficos estão, ou devem estar, desenhados como ferramentas de consulta rápida e fácil. Quanto a isso, também é importante esclarecer que os dicionários e as demais obras lexicográficas não contêm informação, mas sim *dados* selecionados e preparados pelos lexicógrafos e outros especialistas que intervêm em sua produção, e dos quais o usuário pode extrair a *informação* desejada por meio de um complexo processo mental que a lexicografia não estuda, cf. Wiegand (2000, 2002) e Tarp (2008a, 2009).

Em terceiro lugar, é importante frisar que as necessidades de informação

lexicograficamente relevantes são determinadas tanto pelo tipo de usuário, isto é, pelas suas características relevantes, quanto pelo tipo de *situação pré-lexicográfica* em que elas são produzidas. Essa observação se deve ao fato de que duas pessoas com características diferentes não têm as mesmas necessidades no mesmo tipo de situação e ao fato de que uma mesma pessoa tampouco tem as mesmas necessidades em duas situações diferentes. Um hispanofalante nativo e um aprendiz de espanhol, por exemplo, não têm as mesmas necessidades em relação à produção de textos em espanhol. O último, pelo menos de forma parcial, precisaria de acesso bilíngue de sua própria língua aos dados espanhóis. Por outro lado, um semiespecialista em teoria econômica tampouco tem as mesmas necessidades quando quer saber algo específico sobre economia, escrever um texto em uma língua estrangeira ou traduzi-lo à sua língua materna.

Na literatura lexicográfica, frequentemente são feitas referências às necessidades do usuário quando fala-se de um dicionário específico. Porém, na maioria das vezes, a referência permanece em um nível geral e só em algumas (poucas) vezes o usuário também é definido ou caracterizado. De acordo com a teoria funcional da lexicografia abordada aqui, essa caracterização do usuário constitui um primeiro e necessário passo para poder determinar as necessidades que um dicionário específico pretende cobrir. Todavia, esse passo não é suficiente pois uma pessoa — ou um tipo de pessoa — pode ter inúmeras características das quais apenas algumas são lexicograficamente relevantes, e ainda menos relevantes se conectadas a uma situação específica. Por exemplo, por um lado, é *lexicograficamente irrelevante* o fato de que uma pessoa escreva com a mão esquerda, e por outro, podem ser relevantes as destrezas em espanhol de um usuário dinamarquês quando tem problemas relacionados à produção de textos escritos em espanhol. Porém, é irrelevante se essa mesma pessoa não compreende algumas palavras arcaicas que aparecem nos contos de Hans Christian Andersen.

A teoria funcional discutida anteriormente chega à conclusão de que o *fator*

determinante para a caracterização das necessidades lexicograficamente relevantes — tanto quanto das características relevantes do usuário em cada caso — é a situação extralexigráfica em que essas necessidades são produzidas, cf. Tarp (2008a). Até o momento, foram detectadas quatro categorias fundamentais de situações lexicograficamente relevantes, cf. Fuertes-Olivera e Tarp (2008) e Tarp (1995, 2005, 2007, 2008b, 2008c):

1. *Situações comunicativas* onde a necessidade de resolver um problema de comunicação pode estar presente. Essas situações são as mais estudadas pela lexicografia e podem ser subdivididas em produção e recepção de textos na língua materna, produção e recepção de textos em uma língua estrangeira, tradução da língua materna a uma língua estrangeira e vice-versa, revisão de textos etc.
2. *Situações cognitivas* onde a necessidade de obter conhecimentos sobre algum assunto ou disciplina pode estar presente. Por exemplo, economia, comércio ou teoria linguística. Essas também podem ser subdivididas em várias situações.
3. *Situações operativas* onde a necessidade de obter instruções para realizar uma ação física, cultural ou mental pode estar presente.
4. *Situações interpretativas* onde a necessidade de interpretar e compreender um signo, sinal, símbolo, som etc. para determinar se algo é importante e se deve-se atuar sobre essa base pode estar presente.

Sob esta perspectiva, um processo lexicográfico “normal” e bem-sucedido do ponto de vista do usuário é composto pelas seguintes fases e subfases, cf. Bothma e Tarp (2012):

1. Uma fase extralexigráfica de *pré-consulta* na qual um usuário com características específicas que se encontra em uma situação ou contexto específico:
 - a. enfrentar uma necessidade de informação,
 - b. toma consciência da necessidade,

- c. e decide iniciar uma consulta lexicográfica.
2. Uma frase intralexiconográfica de *consulta* na qual o usuário:
 - a. seleciona o dicionário relevante,
 - b. acessa os dados relevantes,
 - c. comprova que efetivamente encontrou os dados corretos, isto é, relevantes para a necessidade de informação em questão,
 - d. e extrai a informação requerida desses dados.
3. Uma fase extralexiconográfica de *pós-consulta* na qual o usuário:
 - a. utiliza a informação extraída para resolver um problema comunicativo ou cognitivo, armazená-la como conhecimento, realizar uma ação física, cultural ou mental, interpretar um signo, um sinal, um símbolo, um som etc.

Esta abordagem da teoria funcional indica que o ponto de partida para determinar as necessidades do usuário e, portanto, os tipos de dados que devem ser incluídos em um dicionário e como apresentá-los, deve ser a situação extralexiconográfica na qual ocorrem essas necessidades em combinação com as características relevantes do grupo usuário, e não os conhecimentos, por mais brilhantes que sejam dos autores do dicionário, sejam eles lexicógrafos, linguístas, economistas ou especialistas vindos de outras disciplinas. Os conhecimentos de todos esses especialistas, absolutamente necessários para a compilação de diversos tipos de dicionários de qualidade, devem ser adaptados aos requerimentos lexicográficos.

Os compiladores, portanto, devem unicamente incluir os dados ou tipos de dados que sejam relevantes para os usuários em cada situação, ou mesmo em cada consulta, e apresentá-los de uma forma que torne fácil e rápido o acesso dele a esses dados, para que ele possa identificá-los e extrair deles a informação desejada.

Assim, confirma-se um importante *princípio de metodologia* segundo o qual os problemas produzidos dentro de uma disciplina — neste caso, a lexicografia — não podem ser resolvidos dentro de outra disciplina, por exemplo, economia ou linguística. Sem dúvida nenhuma, essas outras disciplinas podem contribuir com

importantes elementos que ajudem a resolver os problemas da lexicografia — devido ao conhecido aspecto interdisciplinar dela —, mas esses elementos devem, antes de serem aplicados, passar por um *filtro lexicográfico* para que sejam avaliados quais deles podem ser *incorporados* como tais, quais devem ser modificados e adaptados aos requerimentos da lexicografia, e quais devem ser descartados.

4 Um exemplo: como são tratadas a homonímia e a polissemia

Há 30 anos, um conhecido livro sobre a lexicografia foi publicado em espanhol com o desafiador subtítulo: *da linguística teórica à lexicografia prática*, cf. Haensch *et al.* (1982). Trata-se, nada mais, de uma obra obrigatória para toda uma geração de estudiosos interessados na lexicografia espanhola. A ideia subjacente daquela importante obra era a de que a lexicografia devia ser considerada um tipo de linguística aplicada, isto é, uma prática cujos problemas teóricos deviam ser solucionados dentro da linguística.

Como é possível entender por seu título, o presente artigo retoma o caminho da linguística à lexicografia, mas o interpreta de forma bem diferente da dos quatro autores do mencionado livro, já que baseia-se nas reflexões anteriores sobre o caráter independente da lexicografia com tudo o que isso implica para a filtragem dos resultados práticos (e inovadores) da linguística e de sua posterior *incorporação* e apresentação nos dicionários e demais obras lexicográficas. A seguir, discutiremos, através de citações e exemplos extraídos de vários dicionários, os obstáculos que podem aparecer neste complexo caminho, além dos “filtros” (transformações) necessários que os bons dicionaristas devem conhecer e saber operar, especialmente se os dicionários forem eletrônicos.

Um dos muitos assuntos abordados no livro é o tratamento da homonímia e da polissemia nos dicionários. No correspondente capítulo, escrito por Werner (1982), faz-se uma extensa e equilibrada exposição tanto da teoria linguística relativa a esses dois fenômenos quanto dos problemas práticos relacionados ao “manejo de

dicionários semasiológicos monolíngues e de dicionários bilíngues”, ou seja, não de todo tipo de dicionário:

As ideias do autor sobre homonímia e polissemia não só influenciam na estrutura da parte definitória dos verbetes do dicionário, mas também na decisão quanto a se as indicações sobre conteúdos ou equivalentes de tradução que podem corresponder a um significante léxico podem ser dadas em um só verbete (com um só lema) ou se devem repartir-se em vários verbetes (com um lema próprio, mas idêntico) (Werner, 1982, p. 297-298).

Nessas linhas, Werner diz várias coisas interessantes: primeiro, que os problemas ou possíveis problemas giram em torno das “ideias do autor”, e segundo, que essas ideias não só influenciam nas definições, mas também na macroestrutura (de dicionários impressos). Com isso, abre-se o caminho para entender os problemas com os quais os usuários podem encontrar-se ao tentar acessar os verbetes desejados:

Mesmo quando o autor de um dicionário conhece bem a etimologia das unidades léxicas, esta não tem necessariamente importância para o usuário do dicionário semasiológico ou bilíngue. O tratamento diferente de unidades léxicas, de acordo com o critério etimológico, pode até mesmo atrapalhar e desconcentrar o usuário... (Werner, 1992, p. 301-302).

Werner, entretanto, não está em nenhuma missão fanática e admite que pode haver vários tipos de soluções de acordo com o tipo de dicionário:

O fato de que estejamos refazendo aqui o critério etimológico para a diferenciação de polissemia e homonímia [...] não significa que esse critério seja totalmente inadequado para a lematização em determinados dicionários. Esse critério é perfeitamente adequado para dicionários de orientação exclusiva ou predominantemente diacrônica (especialmente o dicionário etimológico (Werner, 1992, p. 302).

Apesar dessa necessária flexibilidade, Werner expressa sérias dúvidas de que

faça sentido manter a diferenciação entre homonímia e polissemia nos dicionários que ele chama de semasiológicos e bilíngues:

Tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista prático, cabe ponderar se uma diferenciação entre polissemia e homonímia é verdadeiramente necessária. [...] As vantagens que a renúncia à diferenciação entre polissemia e homonímia leva consigo são enormes para o dicionário semasiológico (Werner, 1992, p. 309, 313).

Dessa maneira, Werner chega a descartar a relevância de distinguir polissemia e homonímia em grande parte dos dicionários, propondo soluções pragmáticas similares às de vários outros lexicógrafos teóricos e práticos. Ele estabelece um vínculo entre essas soluções, os diferentes tipos de dicionários e os problemas dos usuários, ainda que não se aprofunde nas características destes últimos. Pelo contrário, em vez de continuar explorando as verdadeiras raízes de suas próprias propostas, volta a colocar o problema dentro da linguística, em um suposto abismo entre sua teoria e sua prática: “Atualmente, existe um abismo deplorável entre a teoria linguística geral, a filosofia da linguagem e a semântica. Por outro lado, existe o empirismo linguístico e a metodologia da linguística aplicada” (Werner, 1992, p. 328).

5 Trinta anos em câmera lenta

Desde então, ao longo das últimas décadas, a discussão se manteve mais ou menos dentro dos referenciais trazidos por Werner. Mesmo que com várias nuances, ainda existem muitos autores que procuram a solução para esse problema lexicográfico no referencial da teoria linguística. Cifuentes Honrubia (1992, p. 265), por exemplo, insiste em dizer que “todo dicionário supõe uma teoria da significação e somente depois de resolver o problema teórico, a prática lexicográfica poderá avançar em seus objetivos”. Clavería e Planas (2001, p. 281-306) acreditam que “todos os dicionários, tanto os que incluem etimologia quanto os que não a incluem, deveriam tratar como homógrafos os casos que possuem origens diferentes...”. Perdiguerro

Villarreal (2001, p. 118) considera que “o lexicógrafo vive pisando em ovos e, para isso, precisa do apoio da semântica”. Rojas Gallardo vai pelo mesmo caminho, mas agrega que

... não existem ‘receitas’ que sirvam de forma igualmente adequada para todos os dicionários. As soluções específicas adotadas em cada caso dependem, entre outros fatores, de seu destinatário, de sua finalidade e de seu espaço disponível (Rojas Gallardo, 2011, p. 198).

Mais uma vez, toca-se à porta de uma possível solução e, mais uma vez, recua-se diante do desconhecido. Sem explorar os “outros fatores” que pudessem ser a chave, procura-se a tranquilidade teórica no âmbito mais conhecido e seguro da linguística. Cabe lembrar, aqui, que, em última instância, tudo depende da visão que cada um tem dos dicionários e demais obras lexicográficas. Se são considerados ferramentas de uso — como a teoria funcional diz que são —, a solução estaria na dialética entre as necessidades reais do usuário em potencial e os dados lexicográficos fornecidos pelo dicionário. E tais necessidades não devem ser entendidas como abstratas, mas sim como necessidades que estão em função tanto da situação extralexigráfica em que são produzidas (fator determinante) quanto das características relevantes do usuário em questão. Uma vez estabelecidas essas necessidades, pode-se partir para a determinação tanto dos dados correspondentes quanto de sua acessibilidade. Veremos um exemplo referente ao tratamento do grafema *llama*, também discutido por Werner (1992) e extraído do *Diccionario Estudio Salamanca Mayor*.

Llama¹ 1. *s.f.* Masa gaseosa con forma de lengua que se eleva desde un cuerpo que arde y que desprende luz y calor: *El hidrógeno arde con una llama azul* (3:42). 2. *s.f.* Fuerza intensa de una pasión o de un sentimiento: *La llama de la pasión la devoraba, no podía dormir*.

Llama² *s.f.* | *Zoología* | Mamífero rumiante de hasta un metro de altura, con pelo marrón claro y orejas largas y erguidas. Suele estar domesticado y muchos de sus productos se aprovechan. Se usa también como animal de carga: *La llama habita en los Andes y produce una lana de gran calidad*. ► La

diferencia de género se expresa añadiendo *macho* o *hembra*: la llama macho / la llama hembra.

[Exemplo 1: dois verbetes do *Diccionario Estudio Salamanca Mayor*.]

O *Diccionario Estudio Salamanca Mayor*, como muitos dicionários espanhóis, não é muito informativo quanto às necessidades lexicográficas do grupo usuário previsto. No prefácio, sob o título *Por que este dicionário foi publicado*, o seu conteúdo é detalhadamente explicado em termos linguísticos e também são definidos os seus usuários, isto é, alunos do Ensino Médio e de graduação. Fala-se em geral do “desenvolvimento linguístico dessa idade, na qual deve-se aprofundar o léxico básico e ampliar os registros da língua, em especial o culto” e manifesta-se o desejo de melhorar “esse nível de competência com um vocabulário amplo e bem explicado” (pág. XIX-XX). São intenções nobres, mas o problema reside em que o dicionário não define de forma clara em quais situações os alunos podem encontrar-se com necessidades e de que tipo exato são tais necessidades.

Se for feita uma distinção necessária entre *destrezas linguísticas* e *conhecimentos linguísticos*, ficará claro que o objetivo primordial é desenvolver as destrezas linguísticas dos alunos, isto é, a competência comunicativa deles e não tanto seus conhecimentos formais que os permitem pronunciar-se subitamente sobre gramática, etimologia e outras categorias linguísticas, ainda que a última coisa também faça parte de seus currículos. Enquanto os conhecimentos linguísticos — como qualquer outro tipo de conhecimento — podem ser obtidos *diretamente* mediante a consulta de um verbete em um dicionário ou de outra fonte de informação, as destrezas linguísticas só podem ser desenvolvidas *por meio da comunicação*, e, nesse caso, o dicionário só tem uma *função indireta* como agente de assistência quando surgem problemas em algum momento do processo de comunicação. Entre destrezas e conhecimentos, tanto dentro da linguística quanto dentro de outros âmbitos, existe uma relação dialética de grande interesse para a lexicografia. As destrezas linguísticas aprimoram os conhecimentos linguísticos, se estes existirem, e podem transformá-los em conhecimentos sobre

destrezas próprias. Por outro lado, os conhecimentos — se existirem sem a necessidade de apoiar-se em destrezas próprias — podem ser internalizados e transformados em destrezas, mas só serão mediados pela prática, que, nesse caso, pode ser traduzida em comunicação. Como consequência, tratando-se de desenvolver as destrezas linguísticas, isto é, a competência comunicativa dos usuários, os dicionários podem prestar serviço em duas dimensões durante o processo de aprendizado de uma língua:

Indiretamente, ao facilitar o acesso a conhecimentos sobre vocabulário e gramática em relação a um estudo intencional da língua em questão, e *diretamente*, ao facilitar o acesso a informações que podem ser aproveitadas para resolver problemas específicos durante o mesmo processo de comunicação, isto é, em relação à recepção e produção de textos (Tarp, 2006, p. 309).

Nem as necessidades que os usuários (alunos) têm nas diferentes situações relacionadas ao aprendizado de uma língua, nem seus respectivos processos de consultas são idênticos. Quando se trata de uma situação comunicativa, durante a qual podem surgir problemas de recepção ou produção de textos, supõe-se que os alunos já estão ocupados com alguma tarefa (de leitura ou de escrita) e, geralmente, preferem gastar o menor tempo possível com solução de problemas para que possam terminar a tarefa em questão. Se o problema tem relação com a compreensão de uma palavra, por exemplo, *llama*, o que importa para eles é a definição correspondente, não as outras definições e menos ainda as demais informações que podem ser extraídas dos verbetes no exemplo 1. E o mesmo vale para a produção de textos nas quais pode haver problemas relacionados à ortografia, gênero, morfologia, colocações, propriedades sintáticas etc. Já se o problema surge durante uma situação cognitiva na qual os alunos procuram uma informação mais ampla sobre o campo semântico de *llama*, sua etimologia etc., deve-se supor que eles dedicarão mais tempo ao estudo do dicionário em cada consulta.

6 Uma abordagem lexicográfica

Voltando ao assunto da homonímia e da polissemia, podemos constatar que, dentro da linguística, existem três tipos de homonímia, cf. Tarp (2009b, p. 293):

1. *Homonímia etimológica* baseada em uma análise diacrônica das palavras;
2. *Homonímia semântica* baseada em uma análise sincrônica das palavras;
3. *Homonímia gramatical* baseada em uma análise sintática das palavras.

Entretanto, um usuário que tem problemas de tipo comunicativo não precisa saber nada sobre homonímia para resolver seu problema imediato, e precisa muito menos de obstáculos em seu caminho até os dados requeridos postos nele por um anseio linguístico de dividir o verbete em dois utilizando como base um critério irrelevante de homonímia etimológica ou semântica. Por outro lado, um usuário com necessidades cognitivas, isto é, que quer saber algo específico sobre uma palavra para enriquecer seus conhecimentos à respeito, pode precisar de informação sobre homonímia em alguns casos, mas não vai precisar de um verbete dividido em dois, já que pode perfeitamente obter a informação requerida lendo as definições em um verbete estruturado como o seguinte:

Llama 1. *s.f.* Masa gaseosa con forma de lengua que se eleva desde un cuerpo que arde y que desprende luz y calor: *El hidrógeno arde con una llama azul (3:42)*. **2.** *s.f.* Fuerza intensa de una pasión o de un sentimiento: *La llama de la pasión la devoraba, no podía dormir*. **3.** |Zoología| Mamífero rumiante de hasta un metro de altura, con pelo marrón claro y orejas largas y erguidas. Suele estar domesticado y muchos de sus productos se aprovechan. Se usa también como animal de carga: *La llama habita en los Andes y produce una lana de gran calidad*. ► La diferencia de género se expresa añadiendo *macho* o *hembra*: la llama macho / la llama hembra.

[Exemplo 2: Verbetes hipotético baseado no *Diccionario Estudio Salamanca Mayor*.]

No prefácio de tal dicionário, toca-se brevemente no assunto da homonímia por meio de um comentário que diz que “não há correspondência exata entre a separação de verbetes e o conceito tradicional da homonímia” (pág. XXI). Em seguida, e sem que

seja fornecida uma definição para esse “conceito tradicional”, é explicado que, ao longo do dicionário, todas as palavras com a mesma forma canônica (grafema) foram “lematizadas em verbetes diferentes” se pertencentes a diferentes categorias gramaticais, critério que, na verdade, corresponde à homonímia gramatical. As vantagens de tal estrutura são:

1. Que é de fácil aplicação para o lexicógrafo;
2. que os usuários, uma vez que conheçam o conceito de classe de palavra, saberão que todos os dados relativos a uma palavra específica pertencente a uma só categoria gramatical podem ser encontrados no mesmo verbete;
3. que a mistura desconcertante de paradigmas morfológicos, que às vezes está no mesmo verbete, pode ser evitada.

Resumindo, se são as necessidades do usuário previsto que determinam — ou devem determinar — tanto os dados a serem incluídos no dicionário quanto a forma de estruturá-los (como via de acesso), elas também devem determinar o quanto as várias categorias linguísticas — neste caso, os três tipos de homonímia — são relevantes para um dicionário específico.

- Tratando-se de um dicionário que pretende resolver *problemas comunicativos*, deve-se concluir que tanto a homonímia etimológica quanto a semântica são *irrelevantes* para os dados (definições) e para a forma em que são estruturados, enquanto a homonímia gramatical é *relevante* como critério de estruturação.
- Por outro lado, quando um dicionário é feito para satisfazer *necessidades cognitivas*, os dois primeiros tipos de homonímia podem ser *relevantes* para as definições e, em menor medida, para a estrutura, mas só em caso de que se trate de oferecer informação sobre a origem ou campo semântico das palavras.

Problemas práticos como os mencionados não podem ser resolvidos dentro da teoria linguística, e sim unicamente orientados por uma teoria lexicográfica capaz de exercer a função de *um filtro que, com base nas necessidades reais do usuário, possa determinar o que pode ser tomado da linguística como relevante y o que deve ser descartado.*

7 Outro exemplo: como são tratadas as colocações

Outra discussão que abarca tanto a linguística quanto a lexicografia é a definição do conceito de colocação. Dentro da linguística, existem várias definições de o que é uma colocação, entre elas a de que uma colocação é uma combinação de duas palavras (núcleo e colocado), cf. Hausmann (1985), e a mais ampla e flexível que aceita várias palavras com certa distância entre si, cf. Sinclair (1990). O problema, mais uma vez, é que pretende-se importar esses conceitos de colocação aos dicionários sem fazê-los passar por um filtro lexicográfico que, de acordo com as necessidades reais dos usuários em cada situação, poderá determinar que tipos de colocações são lexicograficamente relevantes e para quais funções, cf. Bergenholtz (2008, p. 18).

Veremos um exemplo. Uma importante condição prévia para aprender uma língua estrangeira é o domínio não só das palavras, mas também das colocações nas quais essas se combinam. Na verdade, Hausmann (1984, p. 395) disse que “o aprendizado do vocabulário significa o aprendizado das colocações” [*Wortschatzlernen ist Kollokationslernen*]. Para determinar em que medida um dicionário para aprendizes de uma língua estrangeira — ou qualquer outro dicionário — deve incluir colocações e como deve fazê-lo, é importante ter como base as diferentes funções que um dicionário com essas características pode ter. A princípio, não é necessário incluir colocações nos dicionários unicamente destinados à recepção em espanhol, pois se parte-se da definição de uma colocação como uma combinação transparente de palavras na qual uma delas conserva seu significado original (diferentemente das expressões idiomáticas), o usuário pode cumprir o processo de recepção consultando ambas as partes da colocação separadamente, ainda que seja possível argumentar que esse é um processo que poupa pouco tempo. Ao contrário, nos dicionários destinados à *produção* de textos em espanhol, é imprescindível que sejam incorporadas colocações, já que não se pode esperar que o aluno consiga construí-las quando não conhece as palavras separadamente.

É sabido que os dicionários de espanhol para estrangeiros não encontraram

uma solução satisfatória para esse problema. Em 2006, foi publicado um dicionário monolíngue de espanhol que, pelo menos de acordo com a propaganda que o acompanha, parecia que finalmente tinha encontrado a solução para o problema das colocações destinadas aos estudantes estrangeiros da língua. Trata-se do *Diccionario combinatorio práctico del español contemporáneo*, que depois foi chamado de *Práctico*. É um dicionário combinatório com cerca de 14.000 entradas e quase 400.000 combinações, de acordo com a introdução, na qual também é possível ler que o dicionário não só serve para “todos que gostem do idioma”, mas também para os “professores, corretores, escritores, jornalistas ou tradutores, entre outros”, além dos estudantes estrangeiros de espanhol; todos eles aparentemente com o espanhol como língua materna:

PRÁCTICO é fundamental para os estudantes de espanhol, pois os ajuda a construir mensagens de forma correta e evitar possíveis erros cometidos por influência de outras línguas. (*Práctico*, p. XXIII)

De acordo com essa citação, o principal objetivo do dicionário é ajudar em situações nas quais os estudantes de espanhol estejam produzindo textos em espanhol. A seguir, vejamos um verbete típico desse dicionário:

Gol *s.m.*

CON ADJS. **a favor** *Ganaron por dos goles a favor* * **en contra** || **de ventaja** * **de diferencia** *Con dos goles de diferencia a falta de media hora podemos dar el partido por perdido* || **justo** * **injusto** || **decisivo** * **de oro** * **espectacular** * **portentoso** * **fulminante** * **fulgurante** * **apoteósico** *Consiguió la victoria con un gol apoteósico al final del partido* || **en frío** || **tempranero** * **fortuito** * **de casualidad** || **parco,ca (en)** *un partido parco en goles* || **de penalti**

CON SUSTS. **lluvia (de)** || **olfato (de)** *un jugador con un gran olfato de gol.*

CON VBOS. **buscar** *No buscan el gol, se limitan a defenderse* * **acariciar** || **meter** * **marcar** * **clavar** * **endosar** *¿Cuántos goles os endosaron?* * **encajar** * **endilgar** || **apuntar(se)** * **conseguir** * **conquistar** || **remontar** || **errar** * **fallar** || **validar** * **invalidar** * **anular**

[Exemplo 3: verbete do *Diccionario combinatorio práctico del español contemporáneo*.]

Como vemos nesse verbete típico, o *Práctico* não traz definições nem do lema (gol), nem das várias palavras com as quais é possível combiná-lo. Tal omissão significa que os estudantes estrangeiros, que, por definição, não supõem-se que conheçam o significado de todas essas palavras, deverão consultar outros dicionários para, então, utilizar o *Práctico* e selecionar exatamente a combinação que os ajude em um contexto concreto, o que contribui para reduzir a utilidade do dicionário para o grupo de usuários previstos. Além disso, o *Práctico* apenas fornece exemplos ilustrativos de algumas das combinações e, aparentemente, ao acaso, o que também reduz a utilidade. Outro problema pouco transparente, em especial para os estudantes estrangeiros, é o uso do signo || para constituir “subgrupos combinatórios” das “séries de expressões agrupadas por grupos semânticos”, pois o usuário estrangeiro que não conhece o significado das várias palavras, vai entender menos ainda sua separação em vários “subgrupos”.

Inclusive, ainda que o diretor do projeto⁷, Ignacio Bosque, em sua apresentação, tenha escrito que “as combinações que o *Práctico* proporciona [...] não são apenas frequentes, mas também são naturais aos ouvidos dos falantes nativos”, no verbete acima, encontra-se indicado, entre outras combinações, *endilgar un gol*, combinação que não é frequente nem soa “natural” aos ouvidos de muitos espanhóis. Então, é bem pouco recomendável que seja incentivado esse uso em um dicionário que também é destinado a usuários estrangeiros que ainda estão em processo de aprendizado da língua, já que poderia induzi-los a produzir textos estranhos e até ridículos fortemente criticados por Scerba (1940). E esse não é o único exemplo desse tipo que foi incorporado ao dicionário.

Na medida do possível, a seleção de colocações em um dicionário que pretende ajudar aos estudantes estrangeiros com problemas para produzir textos em espanhol

⁷ N. do E. Ver Monica Palmerini, 2007. La parola al contesto: *Redes*, a cura di Ignacio Bosque. *Círculo de Lingüística Aplicada a la Comunicación* 32, 76-86.

deve ser realizada de acordo com as características relevantes do grupo usuário previsto, neste caso principalmente o seu nível de domínio do espanhol.

- Para os iniciantes, deve ser feita uma seleção das colocações mais comuns e frequentes.
- Para os estudantes de nível intermediário, podem ser agregadas mais colocações com uma frequência maior no *corpus*.
- Para os mais avançados, podem ser incluídas colocações pouco frequentes ao mesmo tempo que podem ser excluídas as mais frequentes, que pode-se supor que eles já dominam.

Em todo caso, para que um dicionário possa ajudar os estudantes estrangeiros, em primeiro lugar os iniciantes e os de nível intermediário que tenham problemas em relação à produção de textos, esse dicionário deve, de uma outra forma, incorporar dados lexicográficos que os ajudem a identificar o significado das colocações fornecidas, pois ninguém é capaz de utilizar uma colocação corretamente se não conhece seu significado.

Como visto, o conceito de colocação empregado pelo *Diccionario combinatorio práctico del español contemporáneo* parece ser o de Hausmann (1985), ou seja, uma combinação de duas palavras. Entretanto, uma dúvida que com razão permanece é: os usuários realmente apenas precisam de informação sobre colocações de duas palavras para solucionar seus problemas em todas as situações relacionadas, por exemplo, à produção de textos? Neste sentido e sob a ótica da teoria funcional, Bergenholtz e Tarp (1994) propuseram outra definição de colocações em uma perspectiva lexicográfica:

Uma colocação é uma aparição conjunta de pelo menos duas palavras gramaticais que constituem uma parte de um sintagma, um sintagma inteiro ou vários sintagmas em uma relação sintática. (Bergenholtz; Tarp, 1994, p. 407)⁸.

⁸ Eine Kollokation ist das gemeinsame Auftreten von mindestens zwei grammatischen Wörtern, die Teil einer Phrase sind, eine Phrase darstellen oder mehrere Phrasen in einer syntaktischen Beziehung ausmachen.

Essa definição, baseada no critério de relevância para cada tipo de usuário em cada tipo de situação, foi aplicada em vários dicionários produzidos pelo *Centro de Lexicografia de Aarhus*, entre eles vários dicionários monolíngues e bilíngues de contabilidade:

Actuary

An actuary is a person who calculates risks in order to give advice to pension funds and insurance companies.

actuário

▲ *included in the actuary's report* incluído em el informe del actuario ▲
independent qualified actuaries actuários habilitados independientes

▲ *reflect the actuary's overall assessment* reflejar la valoración global del actuario

[Ejemplo 4: Artículo del *Diccionario de Contabilidad Inglés-Español*.]

Optou-se por incluir em tal dicionário — que tem várias funções comunicativas e cognitivas, entre elas a de ajudar tradutores, demais profissionais e estudantes de contabilidade que tenham problemas comunicativos em relação à recepção, produção ou tradução de textos de contabilidade — os tipos de colocações consideradas relevantes para o grupo usuário previsto nas mencionadas situações, sem contar a quantidade de palavras que compõem tais colocações.

Mais uma vez, é possível concluir que não é a teoria linguística, seu conceito de colocação ou a composição de um *corpus* que determinam os tipos de dados a serem incluídos em um dicionário, e sim as necessidades dos usuários como função de suas características relevantes e a situação extralexigráfica nas quais eram surgem. A teoria linguística, o conceito relevante de colocação e a composição do *corpus* podem ser importantes para garantir a *qualidade dos dados* a serem incluídos, mas, para manter essa qualidade, não se deve procurar soluções práticas para os problemas lexicográficos dentro da teoria linguística.

8 Desafios teóricos e práticos

A discussão sobre o caráter e o tipo de teoria para a lexicografia não é um assunto de interesse puramente acadêmico. De acordo com Tarp (2008a, p. 10), existem dois tipos diferentes de teoria:

- *A teoria contemplativa*, que se restringe a estudar os dicionários que já existem. Um exemplo desse tipo de teoria é a *teoria geral de lexicografia* de Wiegand (1998);
- *A teoria transformativa*, que, além de estudar o que já foi feito, também é capaz de orientar a concepção e a produção de uma nova e melhor geração de dicionários. *A teoria funcional* é um exemplo de uma teoria desenvolvida para transformar a prática lexicográfica.

Os problemas e desafios que a lexicografia prática encara estão amplamente relacionados à introdução às novas tecnologias de computação e informação. Hoje em dia, parece que a internet consolidou-se como a plataforma eletrônica dominante para os dicionários, mas o uso das mencionadas tecnologias teve seu início nos anos 60, ou seja, muitos anos antes da aparição dos primeiros dicionários online, cf. de Schryver (2003, p. 144). Neste sentido, é um tanto paradoxal que as novas tecnologias não só tragam a promessa de resolver muitos dos problemas observados na lexicografia moderna, mas também contribuam para o aumento desses problemas. Refletindo sobre o futuro dos dicionários para aprendizes de inglês, Michael Rundell, diretor dos dicionários para aprendizes de *Macmillan*, comenta:

O atual modelo empresarial não é sustentável. Os dicionários incharam-se de forma quase impraticável, já que os editores agregam mais informações a cada nova edição. A edição mais recente, o OALD8, tem quase 2.000 páginas [...] mais que o dobro do tamanho do OALD3 (1976) (Rundell 2010, p. 170)⁹.

⁹ The current business model is not sustainable. Already, the books have become bloated almost to the point of impracticality, as publishers add more features with each new edition. The latest contender, OALD8, comes in at just under 2,000 pages [...], over twice the size of OALD3 (1976).

Esse desenvolvimento complexo e contraditório dos dicionários impressos para aprendizes — e, até certo ponto, de dicionários impressos em geral — se deve, entre outros motivos, à introdução e ao uso de grandes *corpora* eletrônicos que permitem que os lexicógrafos extraiam, de forma muito mais rápida e fácil que antes, uma grande quantidade de dados relevantes para o grupo usuário em uma ou outra situação. Como era de se esperar, o outro lado da moeda é que esses dados incharam os dicionários impressos “de forma quase impraticável”. Ainda que uma possível saída desse beco escuro seja a conversão de dicionários impressos a dicionários eletrônicos conectados a uma base de dados com uma grande capacidade de armazenamento, parece que tal passo não é tão simples. Por exemplo, Wandalyn Nichols (2010, p. 40), editora da *Cambridge Dictionaries*, escreve que: “Nós ainda não aproveitamos as verdadeiras vantagens dos dicionários eletrônicos, isto é, a anulação das limitações de espaço do dicionário impresso e a atualização de acordo com a demanda”¹⁰.

Um dos problemas disso é que não só se trata de aproveitar as “verdadeiras vantagens”, mas também de defini-las, pois, sem que se tenha uma ideia clara de quais são, não podem ser aproveitadas ao máximo. Quando pretende-se anular “as limitações do dicionário impresso”, é importante lembrar que um dicionário pode inchar-se em duas dimensões, verticalmente e horizontalmente:

- O *inchaço vertical* é a crescente quantidade de lemas, que pode ser resolvida em um dicionário eletrônico conectado a uma base de dados com capacidade de armazenamento suficiente.
- O *inchaço horizontal* é a quantidade cada vez maior de dados lexicográficos agregados a cada lema. Isso constitui, porém, um problema mais sério cuja solução requer uma abordagem totalmente diferente.

O inchaço horizontal está relacionado ao fenômeno que a ciência da informação

¹⁰ the true advantages of Web-based dictionaries – freedom from the space constraints of the printed book and on-demand updatability – have yet to be exploited.

chama de *sobrecarga informativa*, conceito popularizado por Toffler (1970) e que, na lexicografia, é entendido como a apresentação de muito mais dados do que o usuário requer em cada consulta. Este fenômeno, cada vez mais comum nos dicionários, culmina em verbetes com uma grande quantidade de dados irrelevantes que, no melhor dos casos, são supérfluos para a solução do problema concreto do usuário e, no pior deles, podem dificultar e até obstruir o acesso aos dados relevantes e a extração da informação requerida a partir desses dados, cf. Tarp (2012b).

O verbete *table* (mesa) na versão online do *Oxford English Dictionary*, por exemplo, contém um total de cerca de 35 mil palavras que corresponderiam a mais ou menos 90 páginas impressas. Tal quantidade de dados representa, por excelência, uma sobrecarga informativa para qualquer usuário que não estiver disposto a dedicar muito tempo e esforço ao estudo profundo da palavra *table*. Caso contrário, se alguém com um problema comunicativo consultasse esse dicionário, poderia facilmente esquecer do problema original antes de encontrar a solução para ele no meio de semelhante cornucópia de dados.

Entretanto, o que faz falta para enfrentar esse desafio não é, em si, a aplicação de técnicas que permitam a apresentação de mais ou de menos dados na tela como faz, por exemplo, *Den Danske Ordbog*. O necessário realmente é uma solução que ofereça exatamente os *tipos de dados* (critério qualitativo) ou a *quantidade de dados* (critério quantitativo) que o usuário precise. E tal solução exige uma teoria avançada que permita determinar os tipos de necessidades do usuário como função de suas características lexicograficamente relevantes e a situação extralexigráfica na qual tais necessidades surgem.

9 Tipologia de dicionários online

Há cerca de cem anos, aconteceu outra grande transformação tecnológica bastante similar a que a lexicografia está vivendo agora, naquela época relacionada aos meios de transporte. De acordo com uma história famosa, quando Henry Ford lançou

seu aclamado Modelo T Ford, perguntaram-lhe se, antes de criar esse veículo, ele havia consultado a população para saber o que ela queria. Sua resposta lacônica foi: “Se eu tivesse consultado a população, teriam me dito que queriam cavalos mais rápidos.”

Capitalista de raça pura, Henry Ford foi também um engenheiro genial que soube quebrar paradigmas e aproveitar as novas tecnologias para satisfazer as necessidades da população de uma maneira completamente nova. Se seguirmos sua terminologia e sua linha de pensamento, podemos — de acordo com Tarp (2011) — classificar os dicionários eletrônicos atuais e futuros em quatro tipos de acordo com o grau em que estas tecnologias foram aproveitadas:

- 1) Réplicas em carbono
- 2) Cavalos mais rápidos
- 3) Modelos T Ford
- 4) Rolls Royce

As *Réplicas em Carbono* são meras cópias fotografadas ou escaneadas de dicionários impressos já existentes e colocadas em uma plataforma eletrônica, por exemplo, a internet. Essas réplicas foram mais frequentes há dez, vinte anos, isto é, no início da idade eletrônica, mas até hoje continuam sendo publicados dicionários com essas características tecnologicamente primitivas, além de dicionários antigos que são colocados à disposição de pesquisadores como objetos de estudo e não de consulta, como foi sua função original. Um exemplo desse tipo de dicionários foi a primeira versão eletrônica do *Diccionario de la Lengua Española*, da Real Academia Española. Ele foi fotocopiado e colocado na internet, não verbete a verbete, e sim página a página, muitas delas dobradas.

Os *Cavalos Mais Rápidos*, por outro lado, podem ser tanto versões eletrônicas de dicionários anteriormente publicados em papel quanto dicionários “novos”. Sua característica fundamental é que os verbetes e dados que aparecem na tela são *estáticos* e feitos no molde dos dicionários tradicionais, pois a única coisa que realmente mudou foi o acesso mais rápido mediante técnicas mais ou menos avançadas de busca e links.

Neste sentido, são basicamente *cavalos mais rápidos*, isto é, dicionários convencionais de consulta mais rápida que hoje em dia constituem a grande maioria dos dicionários eletrônicos. A versão atual do *Diccionario de la Lengua Española* é um exemplo emblemático desse tipo de dicionários.

Ao contrário, os *Modelos T Ford* são dicionários cujos idealizadores fizeram um extenso uso das tecnologias já existentes para criar um produto que não somente torna o acesso mais rápido, mas que também conta com *verbetes e dados dinâmicos* em função das necessidades que os tipos de usuários previstos possam ter em tipos específicos de situações extralxicográficas. Nesse tipo de dicionários, que também pode estar conectado a fontes externas, como a internet e diversos *corpora*, a fim de *reutilizar os dados* já existentes, constitui ainda uma pequena minoria dos atuais dicionários eletrônicos.

Finalmente, os *Rolls Royce* representam um tipo de ferramentas lexicográficas que permitirão uma *consulta individualizada*, oferecendo exatamente a quantidade e as categorias de dados que o usuário precisa em cada consulta específica, nem mais nem menos. Essas ferramentas também poderão combinar o acesso a dados selecionados em uma base de dados preparada com a busca na internet (ou no *corpus*) para importar dados relevantes que, desse modo, poderão ser *recriados e reapresentados* em soluções dinâmicas diferentes em relação às do Modelo T Ford, que se conecta a páginas web pré-selecionadas para reutilizar os dados. Dicionários desse tipo avançado ainda não saíram à luz, mas existem alguns ensaios que apontam nessa direção, cf. Spohr (2011) e Verlinde (2011).

Os dois últimos tipos de ferramentas lexicográficas mencionadas, os *Modelos T Ford* e os *Rolls Royce*, se baseiam na ideia de que é necessário diferenciar a *base de dados*, que contém todos os dados do dicionário, do *dicionário em si*, que é o que aparece na tela por meio da interface. À base de dados deve ser incorporada a *maior quantidade de dados possível* para poder responder a todas as necessidades do grupo usuário previsto, nas situações previstas, e pode até mesmo alimentar vários dicionários

simultaneamente. Por sua vez, o dicionário, isto é, os “verbetes” que aparecem na tela no momento da consulta, devem contar com a *menor quantidade de dados possível*, ou seja, unicamente os que sejam necessários para satisfazer as necessidades do usuário em *cada tipo de situação* (o *Modelo T Ford*) ou em cada consulta (o *Rolls Royce*).

10 O tipo e a individualização

O fato de que as *Réplicas de Carbono* e os *Cavalos Mais Rápidos* sejam dicionários tradicionais de papel ou parecidos com eles, conduz à inevitável conclusão de que os únicos e verdadeiros dicionários eletrônicos são os *Modelos T Ford* e os *Rolls Royce*. Ambos deixaram para trás os verbetes estáticos herdados da lexicografia impressa e oferecem *soluções dinâmicas* criadas para satisfazer:

- *Os tipos de necessidades* que possa ter um tipo de usuário em um tipo de situação ou atividade (*Modelo T Ford*).
- *As necessidades individuais* de um usuário em cada consulta (*Rolls Royce*).

O desafio atual é passar do *Modelo T Ford* ao *Rolls Royce*, isto é, passar do tipo ao individual, da satisfação de tipos de necessidades à satisfação de necessidades individuais. Tal passo reconciliaria, definitivamente, a lexicografia com o fato de que nenhum tipo de usuário jamais realizou um tipo de consulta lexicográfica para ter acesso a um tipo de dado que lhe permita satisfazer o tipo de necessidade de informação que ocorre em um tipo de situação extraléxicográfica. A única coisa que já aconteceu, e que acontece a cada dia, é o fato de que um usuário individual, com necessidades individuais de informação, que surgem em uma situação individual, decide fazer uma consulta lexicográfica individual para ter acesso a dados individuais que lhe permitam resolver suas necessidades individuais. Ainda que cada usuário, situação, necessidade, dado e consulta possam ser correspondidos a tipos específicos, eles próprios não são tipos, e sim fenômenos individuais e concretos.

Este fato levanta problemas complexos para a teoria, pois nenhuma teoria pode ser construída diretamente sobre os fenômenos concretos que podem variar entre si

em muitos sentidos. Vejamos um exemplo para ilustrar a complexidade do problema. Se um dicionário hipotético contivesse 10 mil lemas, cada um com dez dados agregados, e se lhes fosse permitido aos usuários, mediante um processo interativo, definir tanto a quantidade quanto a ordem dos dados que aparecem na tela, Tarp (2012b) calcula que haveria 4.037.913 possíveis combinações em cada verbete e um total de 40,379,130,000 (aprox. 40 bilhões) em todo o dicionário.

Não é necessário dizer que é impossível formular qualquer teoria, quanto mais escrever instruções lexicográficas, tendo como base um conjunto tão gigantesco e assistemático de dados. O trabalho científico e teórico pressupõe uma abstração de algumas das características menos importantes e a formação de conceitos, categorias e tipos que incluam fenômenos com características comuns consideradas essenciais e relevantes para cada campo de pesquisa. Portanto, a nível de teoria, é crucial continuar a tipologização dos fenômenos observados e seguir trabalhando com tipos de usuários, situações, necessidades, dados e consultas. Essa conclusão também é válida a nível de criação e produção de dicionários, já que nenhum lexicógrafo é capaz de suprir cada uma de uma infinita lista de necessidades individuais que infinitos usuários possam ter em infinitas situações. Isso é totalmente inconcebível e não pode ser a visão do futuro lexicográfico.

Como a teoria é uma pré-condição de uma prática científica, uma tipologização baseada na teoria também é uma pré-condição da tipologização de dicionários. Os lexicógrafos, portanto, devem continuar trabalhando com tipos de usuários, situações, necessidades, dados etc. O que faz falta é a aplicação das técnicas existentes (e futuras) que foram desenvolvidas de acordo com o referencial da ciência da informação e que permitam o acesso individualizado aos dados preparados pelos lexicógrafos e armazenados em uma base de dados na internet mediante links, tanto quanto os dados recriados sobre a base de dados que já existem.

11 Alguns passos em direção à individualização

Antes de começar a discutir os diversos passos que podem ser dados em direção à satisfação individualizada das necessidades lexicográficas, cabe lembrar que um dos critérios fundamentais para que um dicionário eletrônico seja de alta qualidade é a sua capacidade de facilitar o acesso aos dados relevantes para o usuário. O ideal de futuro, portanto, não pode ser uma aplicação acrítica de tecnologias e técnicas estrambóticas e extravagantes que requeiram muito tempo e esforço do usuário, aumentando, assim, seus problemas. Dito isso, a seguir discutiremos algumas das técnicas prometedoras baseando-nos nas propostas e observações de Theo J. D. Bothma (2011), diretor do Instituto de Ciência da Informação da Universidade de Pretoria.

Traçar um perfil do usuário, descrever a situação e filtrar os dados. O primeiro passo em direção à individualização seria a filtragem e a apresentação de dados lexicográficos com base em um perfil do usuário e da situação em que as necessidades surgem. Esse passo é comum para o *Modelo T Ford* e o *Rolls Royce*, já que parte de uma tipologização do usuário, da situação, da necessidade e dos dados correspondentes. Bothma explica:

É possível traçar o perfil do usuário se ele mesmo fornecer dados específicos ao sistema. Então, o sistema pode rastrear o comportamento desse usuário e construir automaticamente o seu perfil (Bothma, 2011, p. 84)¹¹.

No primeiro caso, é oferecida ao usuário a opção interativa de criar um perfil individual com características relevantes, além de indicar o tipo de atividade que está realizando quando surge um problema ou necessidade cuja solução possa ser obtida

¹¹ User profiling can be accomplished through the user supplying the system with specific data, by the system tracking user behaviour and thereby automatically constructing a profile of the user or a combination of the two.

por meio de uma consulta lexicográfica, por exemplo:

- Estou lendo e não entendi uma palavra.
- Estou escrevendo e não sei como se escreve uma palavra.
- Estou estudando vocabulário e quero saber tudo sobre uma palavra.
- Etc.

Diferentemente do perfil do usuário, que pode ser criado uma vez e durar para sempre (precisando de ajustes apenas quando as características relevantes mudarem), a descrição da situação ou da atividade específica deve ser feita cada vez que o usuário começa uma nova atividade, já que isso não pode ser rastreado automaticamente. É importante frisar que não é preciso dar esses passos que gastam tanto tempo no momento de cada consulta, somente ao mudar de atividade ou características. Uma vez criado o perfil e descritas a situação ou atividade, a ferramenta lexicográfica seleciona, filtra e apresenta automaticamente os dados específicos para o usuário.

Verbete padrão: Outra técnica possível é oferecer a cada usuário individual a opção de criar seu próprio verbete padrão em relação aos tipos de dados que devem ser incluídos e sua organização (estrutura) na tela. Com essa informação, a ferramenta lexicográfica filtrará e apresentará automaticamente os dados disponíveis na tela.

Apresentação adaptativa: Como já foi mencionado, uma das discussões entre os pesquisadores da lexicografia eletrônica gira em torno da quantidade de dados que deve ser apresentada ao usuário em cada consulta. Se a ideia é facilitar o acesso e torná-lo rápido, parece que a resposta está em que a quantidade máxima de dados deve ser a que pode ser visualizada na tela sem necessidade de baixar a página. Porém, como em muitos dicionários e para muitas funções não é possível alcançar esse ideal em cada verbete visualizado, poderia ser recomendada a apresentação de algum tipo de índice do verbete — como o *Wiktionary* faz, por exemplo — que possa se estender por meio de hipertextos, permitindo assim que o usuário veja imediatamente se o verbete vai lhe servir.

Anotação: A web 2.0 permite que os usuários anotem seus próprios dados e comentários nos documentos já existentes e sem modificar o original. Essa técnica poderia, por exemplo, ser usada nas escolas; o professor poderia comentar, respondendo às necessidades pontuais que tenha percebido entre os alunos de uma sala ou série específica. Tal técnica também poderia ser usada em empresas; o responsável pelo trabalho terminológico ou de tradução poderia recomendar a seus colegas o uso de certos termos ou expressões nos textos da empresa. Dessa forma, a ferramenta lexicográfica se “individualizaria” para satisfazer as necessidades de um grupo limitado de usuários.

Reutilização de dados por meio de links: Como já foi mencionado acima, um dicionário eletrônico pode contar com verbetes que apresentam os dados armazenados em uma base de dados de forma estática ou de forma dinâmica. Porém, em ambos os casos, o dicionário conta com uma quantidade limitada de dados que talvez não seja suficiente ou precisa o suficiente para satisfazer as necessidades do usuário em uma situação específica. Por isso, seria útil a existência de links que levam a dados já existentes em fontes externas, por exemplo, páginas pré-selecionadas na internet.

Recriação e reapresentação de dados: Se os dados resultantes de uma busca em fontes externas, por exemplo, a internet, são incorporados automaticamente, mediante técnicas avançadas, ao verbete original do dicionário — *mashup*, na ciência da informação —, tal incorporação será, sem dúvida nenhuma, um caso de recriação e reapresentação de dados. Os dados em questão poderiam ser colocações adicionais agregadas a um lema específico; poderiam ser exemplos ilustrativos de “qualquer palavra, padrão ou traço linguístico” tratados no verbete original, cf. Rundell (2010, p. 174); e também poderiam ser definições contextuais adicionais etc.

12 Conclusões

A formulação e o desenvolvimento de uma teoria independente da lexicografia não é uma negação de sua grande vocação interdisciplinar tradicional ou dos importantes resultados que foram alcançados no âmbito de outras disciplinas independentes, como a linguística, mas muito pelo contrário. Como visto nos capítulos anteriores, a lexicografia faz uso extensivo dos resultados obtidos pelas outras disciplinas, mais particularmente pela *ciência da informação*, que tem muitos pontos e interesses em comum com a lexicografia. O afã teórico deve-se sobretudo à necessidade de melhorar a qualidade dos dicionários e outras ferramentas lexicográficas, e colocar a lexicografia ao nível das exigências e necessidades de uma sociedade onde o acesso rápido e fácil à informação desempenha um papel cada vez mais importante, sobretudo após o advento da Internet. É necessário, de forma muito mais ampla do que já se fez até agora, fazer pleno uso das novas tecnologias e das técnicas de computação, informação e comunicação.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o *critério de qualidade* do trabalho lexicográfico não se limita à produção de dicionários com inclusão de dados relevantes e acessíveis. Abrange também o próprio trabalho dos lexicógrafos e sua produtividade. Dessa forma, o *fator tempo* é outro critério de qualidade de grande importância, conforme bem explica Nielsen (2008). Apesar desse fato óbvio, ainda existem muitos projetos lexicográficos que levam anos para serem concluídos ou, muitas vezes, nunca são concluídos. Pode haver várias explicações para esse fenômeno negativo, entre elas que os projetos, seu planejamento e sua gestão não são orientados por uma teoria adequada. Comentando criticamente essa situação, Fuertes-Olivera (2013) também propõe outra possível explicação:

A Internet permite a compilação de novos tipos de ferramentas de informação, como, por exemplo, as chamadas bases terminológicas de conhecimento que se multiplicam por todo o mundo, até porque é fácil obter dinheiro público para isso, embora a maioria dessas bases não

contribua muito. Por exemplo, cerca de 90% dos projetos de dicionário terminológico financiados nas chamadas nacionais geridas pela Comissão Interministerial de Ciência e Tecnologia permanecem como “protótipos” após vários anos de financiamento generoso e contínuo (Fuentes-Olivera 2013, no prelo)¹².

Nunca é demais lembrar que a maior obra lexicográfica já compilada, pelo menos até a era da *Wikipédia*, é o *Yongle Dadian*, com nada menos que 11.095 volumes. Este gigantesco dicionário foi produzido na China em apenas 5 anos e meio, de 19 de julho de 1403, dia em que o Grande Secretário do Imperador tomou oficialmente a iniciativa, até 17 de dezembro de 1408, quando os 2.169 colaboradores entregaram o manuscrito – de um total de 40 metros cúbicos – completo e pronto para publicação.

Os lexicógrafos do século 21, que trabalham com tecnologias muito mais avançadas do que seus pares chineses há 600 anos, devem, no entanto, se inspirar em tal feito gigantesco. Pelo menos isso é o que é feito no *Aarhus Center for Lexicography*. Com base na teoria funcional da lexicografia, durante os últimos 20 anos, um grande grupo de colaboradores deste Centro, em cooperação interdisciplinar com especialistas de várias disciplinas e países, concebeu e produziu um grande número de dicionários impressos e eletrônicos, monolíngues e bilíngues, a maioria deles especializados. Se todos esses dicionários fossem impressos, eles preencheriam mais de 60.000 páginas normais. Este esforço, com tão poucas pessoas, só foi possível porque foi sustentado por uma teoria avançada e diretamente ligada à prática, uma teoria que não só procura a qualidade dos seus dicionários, mas também poupa tempo tanto dos usuários que os consultam quanto dos lexicógrafos que os produzem. Como explicam Nielsen e Tarp (2009: IX) num livro dedicado ao diretor do *Centro de Lexicografia*, Henning Bergenholtz não se cansa de dizer que: “Não há nada mais

¹² The Internet has allowed the compilation of new types of information tools, e.g. the so-called terminological knowledge bases. These proliferate around the world, especially because they obtain public money easily, although most of them do not deliver much. For instance, around 90% of the terminological dictionary projects funded by the Spanish R+D funding agency are still “prototypes” after several years of continuous and generous funding.

prático que uma boa teoria”.

Referências

BATTANER, P. El fenómeno de la polisemia en la lexicografía actual: otra perspectiva. *Revista de Lexicografía*, 14, p. 7-25, 2008. DOI <https://doi.org/10.17979/rlex.2008.14.0.3836>

BÉJOINT, H. *The lexicography of English*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BERGENHOLTZ, H.: Von Wortverbindungen, die sie Kollokationen nennen. *Lexicographica*, 24, 9-20, 2008. DOI <https://doi.org/10.1515/9783484605336.1.9>

BERGENHOLTZ, H.; TARP, S. Mehrworttermini und Kollokationen in Fachwörterbüchern. *In: BERGENHOLTZ, H.; SCHAEEDER, B. (ed.): Fachlexikographie. Fachwissen und seine Repräsentation in Wörterbüchern*. Tübinga: Gunter Narr Verlag, 1994. p. 385-419.

BERGENHOLTZ, H.; TARP, S. Die moderne lexikographische Funktionslehre. Diskussionsbeitrag zu neuen und alten Paradigmen, die Wörterbücher als Gebrauchsgegenstände verstehen. *Lexicographica*, 18, p. 253-263, 2002. DOI <https://doi.org/10.1515/9783484604476.253>

BERGENHOLTZ, H.; TARP, S. Two opposing theories: on H. E. Wiegand's recent discovery of lexicographic functions. *Hermes*, 31, p. 171-196, 2003. DOI <https://doi.org/10.7146/hjlc.v16i31.25743>

BESOMI, D. (ed.). *Crisis and Cycles in Economic Dictionaries and Encyclopaedias*. London, New York: Routledge, 2011.

BOTHMA, T. J. D.: Filtering and Adapting Data and Information in an Online Environment in Response to User Needs. *In: FUERTES-OLIVERA, P. A.; BERGENHOLTZ, H. (ed.). e-Lexicography: The Internet, Digital Initiatives and Lexicography*. London, New York: Continuum, 2011. p. 71-102.

BOTHMA, T. J. D.; TARP, S. Lexicography and the relevance criterion. *Lexikos* 22. (no prelo). 2012. DOI <https://doi.org/10.5788/22-1-999>

CIFUENTES HONRUBIA, J. L. Polisemia y lexicografía. *In: EZQUERRA, M. A. (ed.): EURALEX '90 Proceedings*. Actas del IV Congreso Internacional de Euralex. Barcelona: Biblograf, 1992. p. 265-272.

CLAVERÍA, G.; PLANAS, C. La homonimia en la lexicografía española. **Nueva Revista de Filología Española**, v. 49:2, 281-306, 2001. DOI <https://doi.org/10.24201/nrfh.v49i2.2153>

COSIJN, E.; y BOTHMA, T. Contexts of Relevance for Information Retrieval System Design. *In*: CRESTANI, F.; RUTHVEN, I. (ed.). **Context: Nature, Impact, and Role. 5th International Conference on Conceptions of Library and Information Sciences**, CoLIS 2005 Glasgow, UK, June 4-8, 2005. Berlin: Springer, 2005. p. 47-58.

DE SCHRYVER, G.-M. Lexicographer's dreams in the electronic-dictionary age. **International Journal of Lexicography**, 16:2, p. 143-199, 2003. DOI <https://doi.org/10.1093/ijl/16.2.143>

DUDA, W.; FRENZEL, M.; WÖLLER, E.; ZIMMERMANN, T.: **Zu einer Theorie der zweisprachigen Lexikographie**. Überlegungen zu einen neuen russisch-deutschen Wörterbuch. Berlin: Akademie Verlag, 1986.

FUENTES-OLIVERA, P. A. E-lexicography: The continuing challenge of applying new technology to dictionary making. *In*: JACKSON, H. (ed.). **Continuum Companion to Lexicography**. London, New York: Continuum, 2013.

FUERTES OLIVERA, P.; TARP, S. La Teoría Funcional de la Lexicografía y sus consecuencias para los diccionarios de Economía del español. **Revista de Lexicografía**, 14, p. 75-95, 2008. DOI <https://doi.org/10.17979/rlex.2008.14.0.3840>

GANILH, C. Préface. **Dictionnaire analytique d'économie politique**. Paris, Brussels: Ladvocat, 1826.

HAENSCH, G.; WOLF, L.; ETTINGER, S.; WERNER, R. **La lexicografía. De la lingüística teórica a la lexicografía práctica**. Madrid: Gredos, 1982.

HAUSMANN, F.-J. Wortschatzlernen ist Kollokationslernen. Zum Lehren und Lernen französischer Wortverbindungen. **Praxis des neusprachlichen Unterrichts**, 31:1, p. 395-406, 1984.

HAUSMANN, F.- J. Kollokationen im deutschen Wörterbuch. Ein Beitrag zur Theorie des lexikographischen Beispiels. *In*: BERGENHOLTZ, H.; MUGDAN, J. (ed.). **Lexikographie und Grammatik. Akten des Essener Kolloquiums zur Grammatik im Wörterbuch**. Tübingen: Niemeyer, 1985. p. 118-129. DOI <https://doi.org/10.1515/9783111635637-004>

LANDAU, S. **Dictionaries: The Art and Craft of Lexicography**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MEIER, H. H.: Lexicography as Applied Linguistics. *In*: HARTMANN, R. (ed.). **Lexicography. Critical Concepts III**. London, New York: Routledge, 2003. p. 307-318.

NICHOLS, W. Introducing the native-speaker lexicographer to the learner's dictionary. *In*: KERNERMAN, I. J.; BOGAARDS, P. (ed.). **English Learners' Dictionaries at the DSNA 2009**. Jerusalem: Kdictionaries, 2010. p. 29-43.

NIELSEN, S. The Effect of Lexicographical Information Costs on Dictionary Making and Use. **Lexikos**, 18, 170-189, 2008. DOI <https://doi.org/10.4314/lex.v18i1.47251>

NIELSEN, S.; TARP, S. Nothing is more practical than a good theory. *In*: NIELSEN, S.; TARP, S. (ed.): **Lexicography in the 21st Century**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2009. p. ix-xi. DOI <https://doi.org/10.1075/tlrp.12.01nie>

PERDIGUERO VILLARREAL, H. La lematización de voces homónimas en los diccionarios actuales del español. **Revista de Lexicografía** 7, 111-124, 2001. DOI <https://doi.org/10.17979/rlex.2001.7.0.5609>

POSTLETHWAYT, M. **A dissertation on the Plan, Use, and Importance, of the Universal Dictionary of Trade and Commerce**. London: John and Paul Knapton, 1749.

ROJAS GALLARDO, D. La polisemia léxica regular y las facetas en la lexicografía del español. **Boletín de Filología**, 46:1, 163-205, 2011. DOI <https://doi.org/10.4067/S0718-93032011000100006>

RUNDELL, M. What future for the learner's dictionary? *In*: KERNERMAN, I. J.; BOGAARDS, P. (ed.). **English Learners' Dictionaries at the DSNA 2009**. Jerusalem: Kdictionaries, 2010. p. 169-175.

SCERBA, L.V. [1940]. Towards a General Theory of Lexicography. **International Journal of Lexicography**, 8:4, 315-350, 1995.

SINCLAIR, J. **Corpus. Concordance. Collocation**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

SPOHR, D. A Multi-Layer Architecture for 'Pluri-Monofunctional' Dictionaries. *In*: FUERTES-OLIVERA, P. A.; BERGENHOLTZ, H. (ed.). **e-Lexicography: The Internet**,

Digital Initiatives and Lexicography. London, New York: Continuum, 2011. p. 103-120.

TARP, S.: Wörterbuchfunktionen: Utopische und realistische Vorschläge für die bilinguale Lexikographie. **Germanistische Linguistik**, 127-128, p. 17-51, 1995.

TARP, S. Desafíos para la lexicografía especializada. **Lingüística y Filología**, 61, p. 205-232, 2005.

TARP, S. Lexicografía de aprendizaje. **Cadernos de Tradução**, XVIII, 295-317, 2006.

TARP, S. ¿Qué requisitos debe cumplir un diccionario de traducción en el siglo 21? *In*: FUERTES OLIVERA, P. A. (ed.). **Problemas lingüísticos en la traducción especializada**. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007. 227-256.

TARP, S. **Lexicography in the borderland between knowledge and non-knowledge. General lexicographical theory with particular focus on learner's lexicography**. Tübingen: Niemeyer, 2008a. DOI <https://doi.org/10.1515/9783484970434>

TARP, S. Desafíos teóricos y prácticos de la lexicografía de aprendizaje. *In*: XATARA, C.; BEVILACQUA, C.; HUMBLÉ, P. (ed.). **Lexicografía Pedagógica: Pesquisas e Perspectivas**. Santa Catarina: UFSC/NUT, 2008b. p. 46-73.

TARP, S. The third leg of two-legged lexicography. **Hermes**, 40, 117-131, 2008c. DOI <https://doi.org/10.7146/hjlc.v21i40.96785>

TARP, S. Beyond Lexicography: New Visions and Challenges in the Information Age. *In*: BERGENHOLTZ, H.; NIELSEN, S.; TARP, S.(ed.). **Lexicography at a Crossroads: Dictionaries and Encyclopedias today, Lexicographical Tools tomorrow**. Bern: Peter Lang, 2009a. p. 17-32.

TARP, S. Homonymy and polysemy in a lexicographic perspective. **Zeitschrift für Anglistik und Amerikanistik**, 57:3, 289-306, 2009b. DOI <https://doi.org/10.1515/zaa.2009.57.3.289>

TARP, S. Reflections on the Academic Status of Lexicography. **Lexikos** 20, 450-465, 2010. DOI <https://doi.org/10.4314/lex.v20i1.62733>

TARP, S. Lexicographical and Other e-Tools for Consultation Purposes: Towards the Individualization of Needs Satisfaction. *In*: FUERTES-OLIVERA, P. A.;

BERGENHOLTZ, H. (ed.). **e-Lexicography: The Internet, Digital Initiatives and Lexicography**. London, New York: Continuum, 2011. p. 54-70.

TARP, S. Do we need a (new) theory of lexicography? *Lexikos*, 22, 321-332, 2012a. DOI <https://doi.org/10.5788/22-1-1010>

TARP, S. Online dictionaries: today and tomorrow. *Lexicographica*, 28.1, 253–268, 2012b. DOI <https://doi.org/10.1515/lexi.2012-0013>

TOFFLER, A. **Future Shock**. Nueva York: Random House, 1970.

VERLINDE, S. Modelling Interactive Reading, Translating and Writing Assistants. In: FUERTES-OLIVERA, P. A.; BERGENHOLTZ, H. (ed.). **e-Lexicography: The Internet, Digital Initiatives and Lexicography**. Londres, Nueva York: Continuum, 2011. p. 275-286.

WERNER, R. Homonimia y polisemia en el diccionario. In: HAENSCH, G.; WOLF, L.; ETTINGER, S.; WERNER, R.(ed.): **La lexicografía. De la lingüística teórica a la lexicografía práctica**. Madrid: Gredos, 1982. p. 297-328.

WIEGAND, H. E. Was ist eigentlich ein Lemma? Ein Beitrag zur Theorie der lexikographischen Sprachbeschreibung. In: WIEGAND, H. E. (ed.). **Studien zur neuhochdeutschen Lexicographie III**. Hildesheim, Nueva York: Olms, 1983. p. 401-474.

WIEGAND, H. E. Der gegenwärtige Status der Lexikographie und ihr Verhältnis zu anderen Disziplinen. In: HAUSMANN, F. J.; REICHMANN, O.; WIEGAND, H. E.; ZGUSTA, L (ed.). **Wörterbücher. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie**. Berlín, Nueva York: Walter de Gruyter, 1989. p. 246-280.

WIEGAND, H. E. **Wörterbuchforschung. Untersuchungen zur Wörterbuchbenutzung, zur Theorie, Geschichte, Kritik und Automatisierung der Lexikographie**. 1. Teilband. Berlín, Nueva York: de Gruyter, 1998.

WIEGAND, H. E. Wissen, Wissenrepräsentationen und Printwörterbücher. In: HEID, U.; EVERT, S.; LEHMANN, E.; ROHRER, C. (eds.). **Proceedings of the Ninth EURALEX International Congress**. EURALEX 2000, Stuttgart, Germany, August 8th–12th, 2000. Stuttgart: Institut für Maschinelle Sprachverarbeitung, Universität Stuttgart, 2000. p. 15-38.

WIEGAND, H. E.: Wissen in der Sprachlexikografie. Ein Plädoyer für einige immer noch notwendige Differenzierungen. *In*: EZAWA, K.; KÜRSCHNER, W.; RENSCH, K. H.; RINGMACHER, M. (ed.). **Linguistik jenseits des Strukturalismus. Akten des II. Ost-West-Kolloquiums Berlin 1998**. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2002. p. 265-281.

WIEGAND, H. E.; MORÁN, M. T. F. **Estructuras lexicográficas. Aspectos centrales de una teoría de la forma del diccionario**. Granada: Tragacanto, 2009.

YONG, H.; PENG, J. **Chinese Lexicography. A History from 1046 BC to AD 1911**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

ZÖFGEN, E.: Kollokation – Kontextualisierung – (Beleg-)Satz. Anmerkungen zur Theorie und Praxis des lexikographischen Beispiels. *In*: BARRERA-VIDAL, A.; KLEINEIDAM, H.; RAUPACH, M. (ed.). **Französische Sprachlehre und bon usage. Festschrift für Hans Wilhelm Klein zum 75. Geburtstag**. München: Hueber, 1987. p. 219-238.

Dicionários

BOSQUE, I. (ed.). **Diccionario combinatorio práctico del español contemporáneo**. Madrid: Ediciones SM, 2006.

BUHR, M; KLAUS, G. (ed.). **Philosophisches Wörterbuch**. Band 1 & 2. Berlín: Das europäische Buch, 1971.

FUERTE-OLIVERA, P. A. *et alli*. **Diccionario de Contabilidad Inglés-Español**. Pamplona: Thomson Reuters-Aranzadi, 2010.

FUERTE-OLIVERA, P. A. *et allí*. **Diccionarios de contabilidad**. (Una serie de varios diccionarios interconectados inglés-español). Odense: Lemma.com. [Online] www.lemma.com.

GANILH, C. **Dictionnaire analytique d'économie politique**. París, Bruselas: Ladvocat, 1826.

HJORTH, E.; KJÆR, I.; KRISTENSEN, K.; KRISTENSEN, O. N.; TRAP-JENSEN, L. (ed.). **Den Danske Ordbog**. Copenhagen: Det Danske Sprog- og Litteraturselskab. 2012. [Online] <http://ordnet.dk/ddo>.

POSTLETHWAYT, M. **The Universal Dictionary of Trade and Commerce**. The Fourth Edition. Londres: John and Paul Knapton, 1751-1755.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la Lengua Española**. Madrid: Real Academia Española, 2012. [Online] www.rae.es.

SANCHÉZ MÚÑOZ, T. (ed.). **Diccionario Estudio Salamanca Mayor**. Barcelona: Octaedro, 2007.

SAVARY DES BRUSLONS, J. **Dictionnaire universel de commerce**. Paris: Chez J. Etienne, 1723.

SIMPSON, J. (ed.). **Oxford English Dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 2012. [Online] <http://www.oed.com>.

WIKIMEDIA. **Wiktionary**. The free dictionary. Wikimedia, 2012. [Online] <http://www.wiktionary.org>.

XIE, J. (ed.). **Yongle Dadian**. Vol. 1–11.095. China, 1408.

Tradução recebida em: 13.07.2023

Tradução aprovada em: 05.09.2023